

RELAÇÃO HOMEM – NATUREZA: O PRINCÍPIO RESPONSABILIDADE

Joana Araújo, Michel Renaud

Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa

Rua Diogo Botelho 1327, 4169 – 005 Porto

jaraujo@porto.ucp.pt

ARTIGO PUBLICADO NO BOLETIM DE BIOTECNOLOGIA Nº 79, DEZEMBRO DE 2004

INTRODUÇÃO

Hoje em dia o mundo depara-se com uma crise ambiental que ameaça todas as formas de vida. Trata-se de uma crise de dimensão planetária, uma vez que não está confinada apenas a determinadas regiões, mas assume um papel geográfico total em relação ao nosso planeta. As razões para tal crise são várias, mas o seu cerne remete invariavelmente para a acção humana. O ser humano tem conhecimento das causas que a provocam e tem de ser capaz de passar da teoria à prática e assim encontrar um caminho para sair da crise ambiental (Marques, 1998). Trata-se de um desafio ao nível da alteração dos padrões de comportamento, que passa pela institucionalização de uma lógica de prudência. Se por um lado a pressão da complexidade dos acontecimentos, a urgência e a vasta amplitude do problema ecológico, nos leva a retrair perante a necessidade de mudança, também é necessário que o homem sinta essa necessidade de mudança como algo extremamente necessário: por isso temos que mudar os próprios princípios do nosso pensamento (Morin, 1991).

A evidência, a diversidade e a magnitude dos problemas ambientais obrigaram a uma reflexão crescente que se traduziu também numa reflexão sobre os valores que temos vindo a atribuir ao ambiente e conseqüentemente à natureza, assim como os

valores que têm orientado as nossas relações com o mesmo. Nasceu assim a ética ambiental de que se pretende que venha a constituir um verdadeiro desafio para uma nova concepção do humanismo. Neste humanismo a liberdade e a responsabilidade deverão ser encaradas como o eixo regulador de uma praxis múltipla e complexa, que abranja a ética, a política e a economia sustentável (Fernandes, 2002). A actual crise deve ser então entendida como uma oportunidade, onde o ser humano se depara com a necessidade urgente de encontrar uma resposta para os desafios do presente. Com este trabalho pretendemos reflectir sobre o modo como a crise ambiental, em conjunto com a ciência ecológica, contribuiu para uma consolidação da reflexão ética e o modo como esta influenciou e influencia o comportamento do ser humano em benefício do meio ambiente.

CRISE, CIÊNCIA E REFLEXÃO ECOLÓGICA

Será que podemos considerar que a humanidade caminha para um estado máximo de entropia?

A crise ambiental é um facto, é algo visível com que somos confrontados diariamente. A industrialização; o desenvolvimento tecnológico desenfreado sem peso e medida sempre na procura de uma inovação, não contabilizando os prós e os contras; a explosão e a implosão demográficas; a poluição a todos os níveis: solo, ar e água; a perda da biodiversidade; a desigualdade entre os povos; a má distribuição de riquezas não apenas a nível económico mas principalmente a nível natural (água, alimentos): tudo isto representa uma panóplia de perturbações que caso não sejam controladas a curto prazo, provavelmente colocarão em causa a sobrevivência da espécie humana e do mundo natural.

Se nos tempos mais remotos o homem usufruía do mundo para próprio proveito, a partir de determinado momento começou a tentar conhecê-lo, o que conseqüentemente levou à sua transformação; se primeiramente tinha como objectivo melhorar a sua estratégia de vida, num segundo momento passou a procurar melhorar o seu bem-estar e num terceiro momento começou a tentar modificar “o curso natural das coisas”. O homem através da reflexão, da capacidade em se projectar no futuro, de inovar e de criar, adquiriu progressivamente o poder de influenciar e, hoje, de modificar o curso dos factos, nomeadamente nos domínios mais profundos da vida (Bourg, 1996).

À medida que a ciência transfere para as mãos do homem poderes que antes estavam reservados aos fenómenos da natureza, no que respeita ao nascer, viver e morrer, pergunta-se até que ponto estamos autorizados a exercer esses poderes e em que medida aquilo que é tecnicamente possível se torna eticamente aceitável (Archer, 1996). Mas será que tudo obedece a uma necessidade incontrolável? Crescimento sem limites? Progresso contínuo? O imperativo científico (científico – tecnológico) deve ceder progressivamente lugar ao imperativo ético (Neves, 1995). Tomemos como exemplo as fontes de energia: o ser humano sempre teve como dado adquirido que são, tal como as reservas de matéria-prima, inesgotáveis; se, até aqui alguma dúvida houvesse essa desvaneceu-se por completo a partir do momento em que se descobriu a energia atómica. Porém, como existe sempre um senão, quando somos confrontados com desastres como o de Tchernobyl e como, mais recentemente, o do caso Prestige, os receios emergem novamente, levantando questões ligadas à segurança e possíveis efeitos, aliás já comprovados, da utilização desta energia (Wapner, 1997).

A verdade é que o desenvolvimento tecnológico desmesurado pode contribuir em muito para o agravamento da crise ambiental, no entanto também pode ser visto, com o apoio da ciência, como fonte de solução para os problemas que suscita, são os próprios

activistas nesta matéria que afirmam que o desenvolvimento tecnológico irá encontrar soluções para conter os malefícios que decorrem da sua aplicação (Heras, 2003). São vários os exemplos em que o homem caminha no sentido de uma procura de soluções para substituir, por exemplo, o uso abusivo de combustíveis fósseis, nomeadamente recorrendo ao desenvolvimento da tecnologia que originou as chamadas energias verdes, tais como a energia eólica, a energia solar e a energia das marés. Foram feitos esforços também no sentido de desenvolver novas técnicas de cultivo, pela modificação genética quer de plantas, quer de animais, no sentido das culturas não necessitarem de pesticidas; este avanço contudo pode ser considerado como um factor potencializador da crise ambiental, uma vez que contribui para uma perda de biodiversidade e para uma maior resistência a pragas. Também no campo dos combustíveis têm sido feitas alterações, como por exemplo, no que diz respeito aos projectos de biodiesel; este tem origem em óleos resultantes do girassol e da colza que, uma vez adaptados, podem ser utilizados como combustíveis.

São vários os campos em que a ciência e a técnica se têm vindo a desenvolver no sentido da procura de um melhor ambiente, recorrendo cada vez menos a produtos poluentes, mas a verdade é que estes projectos não têm o desenvolvimento necessário para contemplar todas as necessidades; aliás, os factores económico e político em muito contribuem para esta lassidão da tecnologia (Küng, 1990).

Mas se a crise ambiental teve a sua origem nos vários problemas anteriormente referidos, foi através da percepção deles que o homem tomou explicitamente consciência de que não era viável uma relação com a natureza centrada na sua exploração e destruição. Ao ter noção da situação desfavorável e até crítica em que se encontra, o ser humano começa a ter necessidade de modificar a sua atitude e procurar um novo modo

de agir. Os paradigmas associados ao crescimento ilimitado, a fé associada à racionalidade instrumental e a confiança no poder do ser humano começaram a ser postos em causa face aos resultados produzidos. Tal como diz Hans Jonas na sua obra *O Princípio Responsabilidade*: “É preciso modificar não só o modo de agir como o modo de pensar” (Heras, 2003).

A questão ética fundamental do nosso tempo consiste no repensar das múltiplas formas de agir capazes de enfrentar uma determinada situação, para assim conseguirmos combater os efeitos perversos do nosso poder, que se tornaram uma ameaça para a humanidade e para a biosfera. Não está em jogo apenas a nossa existência física, mas também a nossa própria identidade como seres racionais, uma vez que somos os únicos seres com esta característica, o que nos confere a obrigação de agir enquanto tais para nosso próprio proveito (Queirós, 2003). A tendência intrínseca do ser humano para a autodestruição e a destruição do mundo natural tem a sua origem em modelos deficientes de representação da realidade natural por parte da razão teórica e na sedução do poder incondicional que acalentou a nossa razão prática na utopia de nos tornarmos novos deuses. O homem tem que ter consciência de que não é um ser acima de qualquer outro que se encontra no último “patamar” que constitui a humanidade; trata-se de um ser que nasce, cresce e morre e, como tal, para que a sua permanência no planeta seja o mais agradável e saudável possível, é necessário que estabeleça relações éticas com os seres vivos e com os ecossistemas. É porque é um ser ético que o ser humano se respeita a si próprio quando respeita os outros seres vivos (Nogueira, 2000). Do mesmo modo, o ser humano deve ter presente que um problema global como o ambiente não pode ser encarado de modo individualista. Não podemos continuar a agir como indivíduos únicos, mas temos que procurar actuar como um todo, ou seja enquanto membros de uma sociedade. Para promover a sobrevivência da espécie humana e do

mundo físico que a rodeia, é urgente que o ser humano se descubra e consiga ver-se a si próprio como parte integrante da mesma natureza da qual se alimenta e sustenta. O problema ambiental tem de ser encarado de forma global, a justiça, a solidariedade, a dignidade, a qualidade de vida e os direitos humanos triunfem, sobrepondo-se aos interesses políticos e económicos. Até aqui este projecto de sociedade em harmonia com a natureza e o ambiente tem-se manifestado algo utópico. Mas a urgência consiste em transformar, pelo menos progressivamente, esta utopia em realidade. Só deste modo a ciência e a técnica poderão preservar o seu sentido mais genuíno e o seu alcance ético (Smith, 1998).

Relação Homem – Natureza

A crise ambiental que hoje enfrentamos demonstra claramente que vivemos numa época em que ocorreram mudanças radicais na relação entre o ser humano e a natureza. O problema é que, com os nossos comportamentos, hipotecamos o nosso futuro assim como o de milhões de espécies que connosco partilham o mesmo espaço. Trata-se de uma crise que destruiu o nosso sonho de um mundo transparente ao qual quereríamos e deveríamos antes de mais pertencer para começar a viver. O problema é que muitas vezes

O sonho de um mundo ideal nos afasta do mundo real e nos afasta das nossas tarefas afectivas. Muitas vezes estamos assim demasiado concentrados na tentativa de abandonar o mundo nefasto para entrarmos num mundo perfeito e este profundo empenho leva-nos, não raras vezes, a descurar este mundo, agravando os grandes males de que procuramos proteger-nos. Com o despertar para uma reflexão ecológica, o ser humano tem procurado cada vez mais trabalhar em proveito da protecção da

natureza; porém esta atitude está associada à extrema necessidade de preservar e melhorar a sua qualidade de vida. Verifica-se assim que o respeito pela natureza não se opõe a esta atitude antropocêntrica, na qual o princípio da beneficência para si e para os outros ocupa um lugar de destaque (Morin, 1991).

O problema ecológico exige que o ser humano proceda a uma forte reflexão, quer sobre a relação fundamental que mantém com o cosmos, quer sobre a especificidade e a estranheza desta relação. Que pressupostos essenciais poderão ajudar a humanidade a colocar a salvo o limiar do terceiro milénio? Como reencontrar uma cultura que não volte a separar o homem do cosmos, mas que, pelo contrário sublinhe a sua inerência nesse cosmos? Segundo Jean Ehrard, “o grande sonho do século era o de a humanidade reconciliada consigo mesma e com o mundo, o que por sua vez contribuiria para uma harmonização espontânea com a ordem universal” (Touraine, 1995).

O ser humano tem que modificar o seu modo de actuar perante a natureza, pois não pode continuar a pensar que é dono desta, mas deve começar a ver-se como um ser que é parte integrante da natureza; tem que redefinir a relação consigo mesmo, modificar a sua atitude e aceitar-se tal como é (imperfeito, finito, fraco). A imagem que o homem constrói de si define-o no presente e condiciona-o para o futuro. É essencial para o ser humano instaurar um novo modo de agir, aceitar a sua condição de ser natural; tanto ele como a natureza fazem parte do mesmo mundo. Para este efeito, o homem tem de se tornar “melhor” do que é, tem de ser mais humano! Sejam quais forem os seus projectos de um futuro melhor para a humanidade, um princípio ético fundamental terá e tem de ser respeitado: o homem nunca deverá ser utilizado simplesmente como um meio, mas permanecer fim em si mesmo. O critério da sua humanidade reside assim na sua auto-finalização (Küng, 1990).

Tendo em conta tudo o que foi dito anteriormente, a crise do ambiente torna-se um veio condutor decisivo para a reorganização dos discursos e das práticas sociais críticas, renovadoras e alternativas. O que está em causa, provavelmente, é a luta pela sobrevivência de uma civilização humana técnico-científica e planetária. O paradigma ambiental convida ao respeito pelo que é plural e diferente, desafia à prudência, incita à responsabilidade tanto individual como colectiva. Trata-se de transformar a vida em geral e o amor pelo mundo natural num factor de mobilização em proveito do aumento das possibilidades expressivas e criativas da existência no seu conjunto (Smith, 1998).

O PRINCIPIO RESPONSABILIDADE

O ser humano conquistou o mundo de uma forma irresponsável, descuidada e sem critérios; não soube organizar o mundo para seu proveito próprio, considerando-se muitas vezes como um estranho na sua própria “casa”. Tudo isto está associado a uma sofreguidão de poder, que tão bem caracteriza o ser humano e que, mais tarde, contribuiu para que, com a consciência das situações adversas, aflorasse o sentimento de angústia e de impotência.

Com o passar do tempo, o homem tomou uma consciência mais clara da impervisibilidade do futuro. O desenvolvimento da ciência tem consequências a longo prazo que o ser humano não consegue dominar. Podemos evocar o caso da bomba atómica, caso que mostra a emergência, após tantos anos, de situações ainda inesperadas. Tal como refere Apel, na sua obra *Discussion et Responsabilité*, «o progresso é algo utópico em que os grandes triunfos e as grandes catástrofes da técnica caminham lado a lado» (Apel, 1998). O futuro passa a ser afectado por uma incerteza crescente. Se o ser humano já tinha perdido os princípios que o enraizavam ao passado

de ora avante perdeu as aparentes certezas que o guiavam em direcção ao futuro (Morin, 1991).

Um das dificuldades maiores que atravessamos relativamente ao passado e ao futuro prende-se com o facto de vivermos num clima de sobrecarga de responsabilidades, pois actualmente não nos podemos limitar a deixá-las a cargo da classe política; a contribuição de cada cidadão é fundamental. Fala-se de um futuro cada vez mais incerto mas paradoxalmente nunca fomos tão responsabilizados como agora pelo futuro que devemos deixar às gerações seguintes (Mongin, 1996).

O filósofo alemão Hans Jonas publicou uma obra intitulada “*O Princípio da Responsabilidade. Ensaio para uma ética para a civilização tecnológica*”; a ideia central é a de que uma ética para as civilizações tecnológicas deveria basear-se no dever e na responsabilidade do ser humano em relação à natureza e ao futuro das próximas gerações humanas sobre a Terra. As várias correntes éticas tradicionais preocupavam-se fundamentalmente com o melhor do homem, ou seja, com as virtudes como a honra, o respeito, a justiça, a caridade. Mas, dado que até aqui o importante era o indivíduo, nunca nenhuma ética anterior se tinha questionado sobre as condições globais da vida humana no presente ou num futuro remoto e, ainda menos sobre a própria extinção da espécie (Azevedo, 2003). Assim sendo, nenhuma ética ou metafísica anterior proporciona os princípios necessários para enfrentar as novas questões e muito menos possui uma teoria já pronta para essa finalidade. Contudo, isto não implica perder de vista as antigas normas éticas, as velhas virtudes, ou seja, não se trata de substituir uma ética, mas antes “acrescentar certas “obrigações” que até agora nunca haviam sido consideradas. O princípio da responsabilidade pode ser entendido como a designação moderna de uma ética de responsabilidade, que tem como principal tarefa a harmonização entre as

obrigações e os direitos dos homens perante e no seio da natureza *“Podemos arriscar a nossa vida mas não a da humanidade”* (Marques, 1998).

Para Hans Jonas, o ponto de partida é o modo como a técnica moderna influencia o agir humano, oferecendo novas possibilidades e alterando, essencialmente, o meio no qual se insere. Esse agir, entendido como intervenção sobre a própria natureza, exige uma postura ética que seja adequada e proporcional à natureza transformada, pela ordem de grandeza e de poder de que está investido pela tecnologia. O ser humano tem que começar a agir no sentido de assumir uma responsabilidade moral face às consequências directas das suas acções no uso da técnica; no entanto, esta responsabilidade não se encontra restringida ao sujeito individual, mas sim ao agir colectivo, agir no qual a preocupação básica diz respeito aos efeitos remotos, cumulativos e irreversíveis da intervenção tecnológica sobre a natureza e sobre o próprio homem (Azevedo, 2003).

O autor defende que, em consequência do nosso agir irreflectido, a longo prazo surge a necessidade de uma *“nova espécie de humildade”*, como reflexo *“do excesso do nosso poder de agir face ao nosso poder de prever e ao nosso poder de avaliar e ajuizar”*; conclui então que *“a própria ignorância das implicações últimas se torna numa razão para que se faça uso de comedimento responsável – à falta da própria sabedoria”*. O reconhecimento do desconhecido e da incerteza revela-se assim de extrema importância ética, pois deixa de ser um problema de mera existência, passando a ser de preservação da própria existência, contra a intervenção e a manipulação das tecnologias (Ferreira, 2004). No entanto, o princípio da responsabilidade não está restringido apenas e exclusivamente às responsabilidades que o ser humano tem para com as gerações futuras, mas também aos deveres que tem para com a natureza. A humanidade do

homem continua a ser, em certa medida, a origem dos valores éticos, porém o respeito devido à humanidade já não pode ser separado do respeito devido à natureza.

Antigos pressupostos defendidos por Galileu, Descartes e mais tarde por Francis Bacon levaram a uma organização da sociedade em função das ciências e das técnicas. Para Francis Bacon, o importante era acumular mais ciência e mais técnica, o que conseqüentemente gerava um estado de maior desenvolvimento industrial, com vista a um maior bem-estar e até mesmo uma maior felicidade (Barbosa, 2003). O que Hans Jonas defende é que, se actualmente considerássemos estes ideais, tendo em conta os conhecimentos de que dispomos sobre os grandes mecanismos reguladores da biosfera, isso seria caminhar para um suicídio colectivo. A humanidade tornou-se numa verdadeira força planetária, isto é, adquiriu a capacidade de alterar os grandes ciclos bioquímicos, como os ciclos do carbono ou o ciclo da água. O facto de vivermos num mundo tão frágil no qual o poder é praticado com sobrançeria modifica radicalmente a ordem de grandeza das nossas obrigações morais: «tornamo-nos responsáveis pela própria existência das gerações futuras e, em certa medida, da perpetuação da natureza, condição de toda a vida humana» (Bourg, 1996).

Quer queiramos quer não, temos uma responsabilidade para com as gerações futuras; não estamos autorizados a colocar em risco a vida da humanidade. A existência de vida humana na Terra apresenta-se como um valor e a preservação das condições dessa existência como um dever a ser tido em conta pelas novas dimensões do agir humano. Assim sendo, não temos o direito de escolher o *não ser* das gerações futuras em proveito do *ser* da geração actual. Por *não ser* das gerações futuras, entendemos não só o facto de elas ainda não existirem, mas sobretudo o facto de elas não poderem vir a existir. O agir humano colectivo rende-se a uma obrigação, em face daquilo que ainda não é, ou em relação ao não existente que, enquanto tal, não pode sustentar qualquer pretensão à

existência. Assim referenciando o imperativo “*age de modo a que os efeitos da tua acção sejam compatíveis com a permanência de uma vida autenticamente humana sobre a Terra*” e “*de modo a que os efeitos do teu comportamento não sejam destrutivos para a possibilidade futura de uma tal vida*” (Bourg, 1996).

Conclusão

A natureza que actualmente sofre diariamente golpes de origem tecnológica terá ainda algo de comum com a natureza pura e genuína que conhecemos outrora ou com a qual sonhamos? A nossa acção introduziu ambivalência dentro daquilo que parecia posto ao abrigo das nossas intervenções (Renaud, 2001). Diferenciamo-nos da natureza a ponto de nos julgarmos estrangeiros, mas não podemos nem devemos separar-nos dela se quisermos continuar a aventura da vida. Devemos abandonar para todo o sempre a pretensa de domínio e conquista da natureza, tarefa que aparentemente Descartes, Bacon ou Marx atribuíram à humanidade, como se fôssemos estranhos a essa natureza. Este projecto tornou-se irrealista a partir do momento em que percebemos que o imenso cosmos fica fora do nosso alcance. O ser humano tomou consciência de que o devir prometido pela tecnociência conduz à ruína da biosfera e por consequência ao suicídio da humanidade. Esta forma de divinização do homem deve cessar, pois se é certo que o homem tem que ser valorizado, sabemos hoje que só o podemos valorizar verdadeiramente se também valorizarmos a vida, de tal modo que o respeito profundo do homem passa pelo respeito profundo pela vida. Definirmo-nos simultaneamente pela nossa inserção e pela nossa distinção relativamente à natureza (Morin, 1991). Não se trata de rejeitar e condenar, mas sim de criar contra-orientações, contra-pesos, contra-projectos, contra-movimentos aptos a contrabalançarem os anteriores (Küng, 1990).

Teremos de reaprender a ver, a conceber, a pensar, a agir. Não conhecemos o caminho, mas sabemos que o caminho se faz andando. Não temos pressa, mas sabemos que o impossível se torna possível na mesma medida em que o possível se torna impossível. Eis o novo sonho, incerto e frágil, que devemos desejar. Não temos a Terra Prometida, mas temos uma aspiração, um querer, um mito, um sonho: a sua realização.

Bibliografia

- APEL, K. (1998) – *Discussion et Responsabilité: contribution à une éthique de la responsabilité*. Paris: Cerf.
- ARCHER, L. (1996) – «Bioética: Avassaladora, porquê?». In: *Brotéria* 142, pp. 449-472.
- AZEVEDO, S. (2003) – *A Ética aplicada às questões ambientais*. Futuras Gerações.
- BARBOSA, J. (2003) – *Descartes, culpado pela crise ecológica?*. O sentido da Terra.
- BOURG, D. (1996) – «Economia, Ecologia e Humanismo». In: *A Sociedade em Busca de Valores, coord. Edgar Morin / Ilya Prigogine*. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 37-52.
- FERNANDES, J. (2002) – *A Política e o Ambiente. A dimensão do indivíduo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- FERREIRA, G. (2004) – *Ética e Ecologia: Perspectivas para uma discussão na actualidade*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- HERAS, J. (2003) - «La Ecología: Nuevo paradigma hermenéutico?». In: *Revista Portuguesa de Filosofia*. Tomo LIX Fasc. 3, pp. 59-72.
- KUNG, H. (1990) – *Projecto para uma ética mundial*. Lisboa: Instituto Piaget.

- MARQUES, V. (1998) – *O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente*. Mem Martins: Publicações Europa América.
- MARQUES, V. (2003) – «O Espírito do Tempo». In: *Revista Ambiente 21*, pp. 26-33.
- MOGIN, O. (1996) – «O Desencantamento Democrático». In: *A Sociedade em Busca de Valores, coord. Edgar Morin / Ilya Prigogine*. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 65-75.
- MORIN, E. (1991) – «O Pensamento Ecologizado». In: *Os Problemas do Fim de Século*. 3ª ed. Editorial Notícias, pp. 177-191.
- NEVES, M^a.P. (1995) – «O que é a Bioética?». In: *Comunicação apresentada no encontro "A Bioética e o diagnóstico pré natal"*. Ponta Delgada.
- NOGUEIRA, V. (2000) – *Introdução ao Pensamento Ecológico*. Lisboa: Edições Plátano.
- QUEIRÓS, A. (2003) – «A Ética da Terra e a ultrapassagem de um modelo de "ecologia profunda". Paradigma de um novo Humanismo». In: *Ética Ambiental uma ética para o futuro*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- RENAUD, I. (2001) - «Ética e Ecologia». In: *Novos Desafios à Bioética, coord. Luís Archer, Jorge Biscaia, Walter Osswald, Michel Renaud*. Porto Editora, pp. 272-276.
- SMITH, M. (1998) – *Manual do Ecologismo, Rumo à Cidadania Ecológica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- TOURAINE, A. (1995) – *Crítica da Modernidade*. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Wapner. P. (1997) - «Environmental Ethics and Global Governance: Engaging the International Liberal Tradition». In: *Global Governance*. Vol. 3, No 2 May-Aug, pp 213-231.